

Crise urbana em debate

Planejamento falha e prejudica as cidades

A "Folha" publica um debate sobre planejamento urbano, que tenta levantar os grandes problemas das cidades e os caminhos que poderiam ser seguidos para resolvê-los. Este debate é oportuno no momento em que a maioria dos nossos planejadores reconhece que os grandes municípios do País tiveram muito pouco ou quase nada a festejar no Dia do Urbanismo, transcorrido ontem.

Participaram dos debates o secretário estadual de Economia e Planejamento, economista Rubens Vaz da Costa, o coordenador geral de Planejamento

da Prefeitura de São Paulo, arquiteto Cândido Malta Campos Filho, o presidente do Instituto Brasileiro do Planejamento, arquiteto Luis Carlos Costa, o ex-presidente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba e professor da Faculdade Federal de Arquitetura do Paraná, arquiteto Lubomir Ficinski, e a deputada estadual Irma Passoni.

Inicialmente, cada um dos participantes fez uma avaliação do planejamento urbano, hoje, e das soluções que são adotadas para as cidades.



Ficinski, Irma Passoni, Odon Pereira, Vaz da Costa, Malta Campos e Costa (da esq. à dir.)

O plano é mais urgente no grande crescimento

Cândido Malta — Entendo que a questão central, hoje, do planejamento urbano, além-se às soluções que ele pode trazer às cidades e que devem passar pelo crivo do processo político. Imediatamente, vamos identificar como interessadas no planejamento as populações carentes que se movimentam e se organizam cada vez mais, para reivindicar obras e serviços urbanos. Mas há outros interessados: uma qualidade ambiental melhor, na cidade, é pedida pelas chamadas classe média e de alta renda. Além dessas duas dimensões — a reivindicação de infra-estrutura básica e os apelos por serviços menos prioritários — gostaria de chamar atenção para uma outra situada sob as outras e que por isso tem importância estratégica. Com a crise energética, os transportes urbanos e seu custo passam a ser uma variável muito importante no equacionamento dos problemas urbanos. No bojo dessa questão aparece a organização do espaço da cidade, onde avultam os vazios urbanos: cerca de metade do espaço das cidades brasileiras está vazio, significando distâncias adicionais. E provocando um desperdício enorme de energia, especialmente de petróleo, que precisa ser combatido. Essa é uma

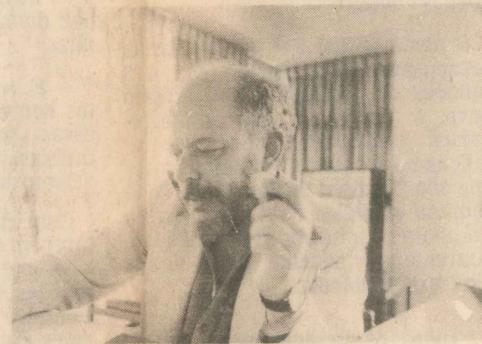
caráter determinante do processo de ocupação dos terrenos obriga a que se tenha uma perspectiva a mais pessimista possível da cidade, se for mantido o atual modelo de desenvolvimento urbano.

Diante disso, parece indiscutível que precisamos achar um novo modelo urbano, uma nova forma da cidade continuar a crescer. Esta forma terá de satisfazer não apenas a uma racionalidade abstrata, mas também aos interesses concretos dos diferentes segmentos da sociedade, inclusive da maioria sem privilégios.

Irma Passoni — Gostaria de colocar alguns itens a mais para discussão, que interessam aos que vivem na periferia. Acho que São Paulo e muitas cidades grandes do Interior estão numa situação explosiva. Há problemas de falta de infra-estrutura de educação, saúde, saneamento, habitação. E sinto que há um distanciamento total entre os técnicos de planejamento e a população, entre a população e os órgãos públicos. A população é deixada ao Deus dará, cada um vire-se como pode. Apenas onde existe al-



Arquiteto Lubomir Ficinski



Arquiteto Luis Carlos Costa



Deputada Irma Passoni



Cândido Malta Campos Filho

Indústria e agricultura, verso e reverso da medalha

Irma Passoni — Sua abordagem se atém apenas ao aspecto da industrialização. E o uso da terra rural, para evitar a inchação urbana?

Cândido Malta — Nos países que se industrializaram, o nível de urbanização cresceu muito, atingindo cerca de 90% da população. Na medida que continuemos a nos industrializar, dificilmente poderemos manter grandes populações nas áreas rurais. Se queremos uma agricultura cada vez mais produtiva, isto implica mecanização e, consequentemente, menos mão-de-obra. Não podemos reter o homem no campo. Temos, isto sim, de direcionar a migração para as cidades, de forma equilibrada.

Irma Passoni — Sua visão está direcionada para uma solução apenas industrial, uma industrialização centrada no urbano, sem a solução do problema da agricultura no Brasil. Mas acredito que, enquanto não se pensar também na solução para a terra rural, não haverá solução alguma. O homem é expulso do campo e vem para São Paulo, por exemplo. E aqui é empurrado para a periferia ou favela, porque não tem onde morar.

Lubomir Ficinski — O modelo de desenvolvimento agrícola baseado na pequena propriedade tem a virtude de criar uma classe média proprietária e permitir um equilíbrio entre a produção e consumo de bens agrícolas por essa mesma classe. Mas não garante necessariamente a produção, a grande produção, que é preciso seja destinada às cidades. A economia dos pequenos sítiantes tende a ser muito mais autárquica, não produzindo excedentes que possam ser levados às cidades. Se víssemos ainda a economia de uma população urbana relativamente pequena, talvez pudéssemos tentar uma reforma agrária de pequenas propriedades, de subsistência com pequenos excedentes para venda. Mas é um pouco difícil adotar esse modelo para o Brasil de hoje, quando mais da metade da população é urbana. Teríamos de sustar o processo de urbanização e talvez levar de volta muita gente para o campo. Parece-me inviável do ponto de vista político e econômico.

O modelo que está se tentando de-

também a elitização na ocupação do próprio espaço do sistema viário pelo automóvel, ainda privilégio das classes superiores. Por isso, o problema central — urgente e inadiável — é saber como vamos democratizar o uso dos espaços melhor dotados da cidade e do sistema viário, que não pode ser substancialmente ampliado.

Cândido Malta — Outra questão: fala-se aqui do crescimento das cidades só por meio da migração. Esqueceu-se do crescimento vegetativo, que é o principal fator em São Paulo. Aqui, 2/3 do crescimento é vegetativo e apenas 1/3 provém da migração. A continuar esse modelo urbano, os que nascem aqui serão jogados na periferia. Mas queremos encontrar um meio de localizá-los perto dos serviços urbanos e, portanto, eles terão de ocupar os vazios urbanos, que são áreas bem localizadas.

Lubomir Ficinski — Existe uma grande relação entre a política agrária e a política urbana. Não temos ainda uma política de assentamento urbano perfeitamente definida. O que existe são sugestões, mas continuamos não percebendo os efeitos espaciais das grandes políticas econômicas. As políticas urbana e agrária são o verso e o averso da mesma medalha.

Tomada a decisão de industrializar o País e por falta de uma política agrária mais coerente, a população começou a migrar e gerar os grandes pólos urbanos. E era natural que o fizesse. Não acredito que, mesmo com uma reforma agrária, se consiga deter a migração às cidades.

Irma Passoni — Nem oferecendo uma infra-estrutura de ajuda ao campo?

Lubomir Ficinski — Não, porque a taxa de natalidade no campo é muito maior que a urbana. E, na medida que se tenha uma agricultura realmente eficiente, ela continuará expulsando mão-de-obra rural. Isso já aconteceu em outros países, é uma experiência mundial. O que acredito é que se possa redirecionar o processo, gerando empregos em outros pontos que não sejam os grandes pólos e instalando infra-estrutura nas cidades. A própria descentralização administrativa pode-

Comunidade deve falar

Odon Pereira — Como incorporar a população não é planejada para beneficiar o novo

de petróleo, que precisa ser combatido. Essa é uma questão afeta ao planejamento que — acredito — obterá apoio da grande maioria dos grupos sociais envolvidos, para sua solução.

Mas é preciso aprofundar a análise, para detectar quem estaria interessado na manuseio dos vazios urbanos, e porque detém em mãos os terrenos baldios na cidade. Essa análise exige que se pergunte para onde se dirige a poupança das classes média e alta que, além de imóveis, têm como alternativas cadernetas de poupança, títulos de renda fixa ou ações. Esse é o ponto central na discussão dos problemas da cidade e desemboca no problema do papel da terra urbana.

Lubomir Ficinski — Creio que o primeiro problema dos planejadores brasileiros é que estão planejando efeitos. As causas dos problemas urbanos decorrem de decisões econômicas externas e hierarquicamente superiores às cidades sem que se tome em conta que essas decisões têm sempre uma contrapartida especial. E as cidades não foram dadas as condições para que se adaptassem aos processos gerados por essas decisões, em geral macroeconômicas. Isto quanto às causas. Mas o planejamento teria de existir de qualquer maneira e estou pensando na maioria das cidades brasileiras onde ainda possa ser eficaz. Ele teria de existir para essas cidades, mas não é o que se vê no Brasil, onde normalmente não se tem uma visão global de cidades. O que existe são muitos órgãos setoriais, competindo entre si, cada qual tentando ganhar uma fatia maior do orçamento e do reconhecimento dos superiores e da opinião pública.

De outra parte, vejo duas questões fundamentais nas cidades brasileiras que ainda admitem soluções: precisamos de espaço (porque acredito que populações continuarão a afluir para os núcleos urbanos) e de empregos.

Luís Carlos Costa — O urbanismo, agora, está deixando de lado uma linguagem que enfatiza a "racionalidade desejada" para a cidade, como se o problema da cidade fosse apenas técnico. Hoje, acredita-se muito mais que no planejamento como uma prática social, que deve estabelecer as normas e as práticas pelas quais a sociedade, como um conjunto, encontrará a solução para os problemas urbanos, que são fundamentalmente os problemas de relação entre os segmentos sociais. Para isso, precisamos tentar evitar o alijamento da população de baixa renda do processo de urbanização. A formação de periferias e de favelas, por exemplo, decorre da maneira pela qual a população de baixa renda tem acesso à moradia: a ela sempre se reserva o pior e o mais afastado. Este

problema, cada um vive-se como pode. Apenas onde existe alguém que tenha a coragem de juntar pessoas para reclamar, às vezes surgem soluções para os problemas. Ou, pelo menos, remédios. Além disso, muitas vezes quando a população se organiza para reivindicar as mínimas condições de vida — água, rede de esgoto, saúde, educação — é tachada de subversiva.

Parece-me que o planejamento urbano atual encara-nos como se não tivéssemos direito a esses benefícios, como se estivéssemos exigindo demais. A resposta normal é que não há verbas. Mas a verdade é que essas reivindicações mínimas não são favores, mas direitos da população. E o problema não é o planejamento, mas a política. Para ser eficaz, o planejamento deve se basear nas necessidades da população como um todo.

Rubens Vaz da Costa — A Grande São Paulo tem metade da população do Estado e hoje podemos legitimamente perguntar: devemos continuar neste processo de desenvolvimento ou devemos mudar? Acho que qualquer pessoa que viva em São Paulo talvez respondesse que devemos mudar. Não que não desejemos ser uma área rica e continuar crescendo. Mas pretendemos um padrão de desenvolvimento diferente. Mas como mudar? Essa é a pergunta central.

É relativamente fácil matar uma grande cidade, há várias experiências disso. Talvez a mais evidente seja a de Nova York, uma megalópole como São Paulo, que num certo momento discordou de seu processo de crescimento e resolveu mudar drasticamente. Ficou à beira da falência. Nós não queremos matar São Paulo.

Irma Passoni — Gostaria de saber se o secretário Rubens Vaz da Costa poderia nos dizer se já está em planejamento esse novo modelo e qual seria.

Rubens Vaz da Costa — Acho que o novo modelo deve surgir não só dos estudos que estão sendo feitos em gabinetes, mas muito mais de um debate amplo, que envolva não só nossa comunidade de São Paulo, como também o Estado e talvez mais, porque a cidade de São Paulo é relevante não só para si mesma e para o Estado, mas também para o País. Creio que seria um erro se os técnicos, ou tecnocratas, resolvessem dizer qual é esse modelo. Mas, em princípio, temos de ter consciência de que, se o Estado de São Paulo não tomar a liderança no processo de desconcentração do processo econômico, esta liderança será tomada pelo governo federal, que fará a desconcentração fora do Estado. Para nós, interessaria que essa desconcentração desse condições para que as cidades do Interior, grandes e pequenas, também crescessem.

Odon Pereira — Como incorporar a população ao planejamento urbano?

Lubomir Ficinski — Todo o fato decisivo numa cidade é um fato político. Os planejadores podem oferecer um leque de objetivos, mas a decisão, evidentemente, é política. O problema da participação ainda não está claro para mim, devo confessar. Não sei como tornar toda cidade um tecnocrata e acho que ele nem deve ser. Assim, a visão maior da cidade deve ser apresentada à comunidade que, através de algumas lideranças, possa decidir o que quer manter na cidade como qualidade de vida. Em suma, possa discutir alguns dos objetivos da cidade. O problema da participação popular, para mim, começa a surgir quando chegamos ao projeto ou perto dele, quando as obras que queremos fazer afetam o dia-a-dia da população.

É lógico que quando vou a uma favela, tenho de saber o que o favelado pensa dela, porque ele é que enfrenta o seu dia-a-dia e normalmente sabe mais do que eu. Mas, à medida que os problemas se tornam maiores, tenho de me circunscrever a algumas lideranças, que possam discutir os grandes objetivos da cidade, expor à comunidade quais são os objetivos do planejamento e verificar se esta comunidade os assume.

Cândido Malta — É importante compreender que há um esforço de abertura para a participação popular, a nível municipal. No âmbito mais técnico, por exemplo, estamos procurando ampliar a comissão de zoneamento. Na relação direta com os habitantes, foram criados os conselhos comunitários junto às Administrações Regionais.

Luís Carlos Costa — É necessário distinguir os diferentes níveis de planejamento. Há o planejamento que tem como objeto serviços e condições de vida, diretamente ligados à população, e há aquele que trata de equipamentos, obras de longa maturação, que só podem ser equacionados mais amplamente com vistas a uma cidade do futuro. De qualquer maneira, é importante admitir que esse planejamento mais democrático, que todos desejaríamos, terá de ser exercido a partir da organização social que existe e dentro do que é possível a curto prazo.

Normalmente, as decisões que envolvem gastos de dinheiro ficam restritas aos gabinetes técnicos e ao entendimento entre empresas fornecedoras de equipamentos e os órgãos públicos, com muito pouca participação dos usuários, que poderiam sugerir outro tipo de opção. Para uma boa participação popular, é fundamental que as instâncias organizativas da comunidade — como associações de bairro, sindicatos e os próprios partidos políticos — formulem as suas políticas urbanas, que deverão definir os objetivos e as propostas em relação a cada um dos temas-chave do planejamento.

Gostaria agora de fazer um reparo. Não concordo com o secretário Rubens Vaz da Costa, quando ele diz que a alternativa para a Grande São Paulo ou para cidades grandes é a descentralização. Isso seria desejável, mas não a grande solução, pois é indiscutível que remanescerão problemas na Grande São Paulo, em porte suficiente para que não dispersemos nossa atenção com intenções. Pois a Grande São Paulo vai atingir os 18 milhões de habitantes, quer queiramos ou não, até o final do século, se considerarmos a tendência e nossa real capacidade de intervenção.

Irma Passoni — Ou se confia realmente na capacidade do povo dizer, pensar e dar soluções, ou não acredito muito nas soluções propostas. Temos, no País, um sistema político-econômico capitalista, centrado no individualismo, e as soluções sempre tenderam para o individualismo. Mas hoje a cidade e o mundo exigem soluções coletivas. Há uma contradição entre o sistema atual e as exigências atuais. Se não tivermos coragem para uma consulta ampla, as soluções serão sempre frustrantes.

Existe uma contradição entre a maneira do poder político atuar e as exigências da população. Por exemplo, todo mundo sabe o que este sistema está fazendo com a terra, a quem ela está servindo, quem a distribui e para quem, a quem foi dado o poder da produção, o resultado do trabalho, o lucro. Portanto, se a Nação bra-

sileira não é planejada para beneficiar o povo, temos de reconhecer a falência desse sistema. Ele não responde mais às necessidades da população e exige uma mudança.

Rubens Vaz da Costa — Acho que a pergunta vai ao centro do que é a democracia. Temos hoje o sistema em que os vereadores representam as comunidades locais, os deputados estaduais, a comunidade do Estado e os deputados federais e senadores a Nação como um todo. Estamos vendo que precisamos algo mais, talvez voltar um pouco para algo perto da democracia direta, do início deste sistema de governo. Ou seja, a consulta direta ao povo, que suplementaria a participação de seus representantes eleitos. Estamos falando, acredito, numa mudança mais profunda do que parece. Como vamos organizar a sociedade?

Irma Passoni — Só uma questão, secretário. O senhor disse que, nós, parlamentares damos nossa parte. Como dá-la adequadamente quando, por exemplo, recebemos um orçamento feito sem consulta a ninguém?

Rubens Vaz da Costa — O processo orçamentário é relativamente longo, começa em abril e só termina a 5 de dezembro, quando é aprovado pela Assembléia Legislativa. Há um período de intensas consultas dentro do governo, a diversos setores do Executivo, sobre suas propriedades. A deputada tem razão em dizer que hoje é dado muito pouco à Assembléia, no que toca ao orçamento. Mas há ampla oportunidade dos deputados debaterem o orçamento, durante sua elaboração. Infelizmente, poucos nos procuram. Uma forma de participação dos deputados seria discutir o orçamento deste ano, o que teria muita utilidade para a proposta orçamentária do ano que vem.

Irma Passoni — Gostariamos de discuti-lo antes e não depois de pronto.

Rubens Vaz da Costa — Voltando ao planejamento e à participação popular, o governo tenta ver o que a população quer e se é possível atendê-la, com os recursos disponíveis. Mas nem sempre essas experiências de consulta são bem aceitas. Por exemplo, há uma que foi muito criticada. Refiro-me ao que, no ano passado, chamou-se de "governo itinerante". Foi uma tentativa de levantar, no Interior, o que os prefeitos de cada região administrativa têm como prioridade para seus municípios. Diálogo entre prefeitos e governador e secretários sempre houve. O que procuramos fazer no chamado "governo itinerante" foi um debate público. Tínhamos uma certeza: nem tudo que estava sendo pedido era importante, mas tudo que era importante estava sendo pedido. Isso porque nenhum prefeito ousaria deixar um projeto importante fora das reivindicações, na frente de sua comunidade.

Quando a desconcentração da metrópole, a ótica do governo, no caso, não é que a Capital ou a região metropolitana devam parar, mas devem passar para um sistema de crescimento diferenciado. Há certos tipos de indústria que se instalaram aqui no passado, mas hoje não deveriam mais se instalar em São Paulo ou municípios vizinhos. O que queremos, na região metropolitana, é um tipo de crescimento econômico em que predominem as atividades terciárias, ligadas à prestação de serviços, e à tecnologia mais avançada.

Cândido Malta — E preciso discutir um pouco mais como ampliar a participação popular no planejamento, porque não é fácil concretizar esse processo. Concordo que a questão de verba é sempre apresentada como empecilho para que se atenda às reivindicações das populações mais carentes. Realmente existe falta de recursos. Mas precisaríamos indagar mais profundamente por que falta dinheiro nas cidades. Se formos por aí — acredito — entraremos no caminho para solucionar muitos dos problemas urbanos.

A deficiência de recursos faz com que o poder público relute em aceitar reivindicações como direitos. Na medida em que o dinheiro público fosse direcionado mais corretamente, essas solicitações seriam atendidas, quase que automaticamente.

Outro ponto: concordo com a descentralização industrial proposta pelo secretário como uma das soluções para a cidade.

de vista econômica e econômica. O modelo que está se tentando desenvolver é o aumento da produtividade agrícola, o que significa a transformação de pequenos proprietários em assalariados. Há este custo social, além de significar maior rapidez do crescimento das cidades. Significa também a aglutinação de pequenas propriedades em médias e grandes, o que está de acordo com o sistema capitalista. Não vejo como escapar disso.

Luís Carlos Costa — Temos uma rede urbana bastante amadurecida, comparável à da França e outros países desenvolvidos, mas com uma infra-estrutura absolutamente subutilizada. Investiu-se, por dezenas de anos, em serviços de obras urbanas, mas o que se vê é que a cidade tem um baixo aproveitamento social. Por que? Porque houve o alijamento da população mais pobre, jogada para o "não urbano", em volta da cidade, e há ainda o uso elitista das áreas equipadas.

Em São Paulo, a população rural — cerca de 20% do total — já é residual. Não podemos ter ilusões: há uma sociedade urbana a organizar. O fato maior é que o mecanismo urbano está profundamente viado e é isso que devemos discutir. Um dos objetivos, que localizo claramente, é como utilizar efetivamente as áreas de maior potencial da cidade, esses vazios urbanos, dotados de toda infra-estrutura e que estão nas mãos da especulação imobiliária.

Existe uma apropriação social das classes superiores sobre a cidade, através da ocupação de todas as áreas melhor dotadas de serviços públicos e

descentralização administrativa poderia gerar empregos no Interior e aliviar o grande centro.

Quanto ao planejamento urbano, devemos esquecer o modelo anterior, os primeiros projetos, que geraram uma "síndrome de pesquisa". Pesquisou-se, continuou-se a pesquisar e o resultado foi para a prateleira. Agora, temos de criar um sistema de planejamento mais nosso. Obtido o consenso sobre o papel das cidades, que elas também se definam. E a cidade tem, também, de proceder por degraus, ir passo a passo em busca de seu destino.

Rubens Vaz da Costa — A expressão "fixação do homem ao campo" é uma expressão com a qual tenho particular implicância, porque ninguém consegue fazer isso. Quem tentou, em algum momento da História, enfrentou um grande fracasso. Nossa sociedade é marcada por grande mobilização social, grande migração. Somos um país de migrantes: 38 milhões de brasileiros não moram no município onde nasceram. Essa mobilidade fez da nossa sociedade o que ela é. Isso é bom.

Um outro ponto: o que queremos da agricultura? Que tipo de modelo agrícola queremos para o Brasil? Desejamos uma agricultura altamente capaz de produzir alimentos e fibras, para atender à população e gerar excedentes exportáveis, ou desejamos uma agricultura capaz de reter mão-de-obra e ter um exército de reserva no campo? O que quisemos até hoje, apesar de algumas vezes se dizer o contrário, foi uma agricultura de alta produtividade. E é por isso que a população do campo está diminuindo.

Ricos precisam ficar para pagar

Odon Pereira — Para concluir, não seria o caso de uma cidade como São Paulo ter 4 ou 5 leis mestras — zoneamento, transportes etc. —, que fossem capazes de nortear seu crescimento, e passar para uma plataforma de atendimento das reivindicações imediatas da população?

Cândido Malta — Essa observação será muito oportuna proximamente, quando fizermos uma revisão do plano diretor da cidade, estando em estudos a possibilidade de fazê-la em conjunto com o nível metropolitano, na redefinição do Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado (PMDI).

É regra válida para todas as cidades ter, com a maior clareza possível, suas diretrizes básicas. Mas não podemos imaginar que com 4 ou 5 leis básicas, somadas à intenção e a um programa de levar infra-estrutura para as populações mais carentes, iremos resolver tudo. Pois os recursos não dão e não podemos nos esquecer disso. Se não enfrentarmos essa questão de verbas, não resolveremos os problemas da cidade.

Luís Carlos Costa — É excepcionalmente adequada a colocação de se instituírem 4 ou 5 leis mestras e um processo de discussão dos programas de atendimento às necessidades mais imediatas da população. Para se saber quais são essas necessidades, deve-se organizar um debate na sociedade civil — a única que pode tirar um consenso sobre seus interesses fundamentais. Isso deveria ser feito já, mesmo antes da Prefeitura modificar o plano diretor da cidade.

Lubomir Ficinski — Na minha opinião, é importante ter algumas leis básicas e cuidar do cotidiano da cidade, melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. O grande investimento da

cidade seria proteger o seu espraio e dificultar a saída da população. Quando falo em equipar a cidade, não estou pensando só nos menos favorecidos. É importante manter na cidade os mais favorecidos, pois alguém vai ter de pagar pelos serviços urbanos e mantê-los. Isso é um fato.

Irma Passoni — Quería observar que, na verdade, quem paga mais pelos serviços da cidade, hoje é que menos os usufrui. Quem paga mais impostos é quem menos utiliza a cidade.

Lubomir Ficinski — Concordo que a distribuição das taxas não é justa. Mas se a população mais rica não estiver na cidade, nunca se terá o justo.

Irma Passoni — Não sei. Se não houver uma tomada de posição realmente do povo, nada vai melhorar. Se não houver uma tomada de posição para que o serviço público não seja fonte de lucro, mas sim de serviço, acho que não dá. Por fim, alguns pontos de nossa discussão precisariam ser revistos e aprofundados. O planejamento urbano afeta toda a população e ninguém pode se dar ao direito — nem eu nem ninguém — de achar que a solução está em nossas mãos. Que ninguém se outorgue o direito de manipular, de usar as verbas, o poder político, o poder administrativo, o poder do planejamento, apenas segundo seu ponto de vista, sua análise política, econômica e social. Foram colocadas aqui coisas bastante sérias, que exigem um aprofundamento e um debate maior.

Esta mesa-redonda foi coordenada por Odon Pereira. Texto final: Jacyra Octaviano e Irene S. Vianna. Entrevistas: Ana Maria Leopoldo e Silva e Luiz Padovani. Fotos de Antonio Pireselli.